II - ARTIGOS

O CONTATO INTERÉTNICO ENTRE EUROPEUS E SOCIEDADES TRIBAIS NO RIO DE JANEIRO

Salete Neme

RESUMO

O contacto interétnico entre os representantes das sociedades tribais e os agentes de comunidades européias na região do Rio de Janeiro, na segunda metade do século XVI, colocou em oposição, num mesmo processo, as organizações sociais e ainda, dois sistemas econômicos.

Nós destacamos aqui algumas transformações ocorridas no seio dos grupos nativos, o que pode ser observado em sua cultura material.

1. INTRODUÇÃO

A inserção do território, hoje brasileiro, no universo europeu do século XVI, fez parte de um processo histórico em que se defrontaram diferentes grupos humanos com organizações sociais diversas e mesmo antagonicas.

Para objeto de observação, selecionamos a região atualmente ocupada pela cidade do Rio de Janeiro, à época de sua fundação, ou seja, durante a segunda metade do século XVI. Ali, como em outros pontos da costa, em momentos diferentes, ocorreu, o fenômeno do “contato interétnico”, em que protagonizaram grupos locais e agentes de sociedade européias.

Verificando as expressivas variações do fenômeno, sentimos necessidade de particularizar nosso enfoque, já que o “contato” envolve inumerados tipos de manifestações e possui uma dinâmica variável segundo não só tempo e local em que se dá, mas sobretudo em função dos elementos que o estabelecem. Nossa escolha recaiu sobre as relações de produção em dois sistemas econômicos predominantes e conflitantes – a economia de subsistência e a mercantil – ambos contribuindo para a formação de um terceiro, isto é, o Capitalismo.

Considerando o antagonismo cultural entre os elementos em contato, tomamos por base o conceito de “Fricção Interétnica”, desenvolvido por Oliveira (1964:128), que tem como objetivo a melhor compreensão da estrutura e dinâmica das relações, o que exige conhecimento preliminar de cada organização social. Embora o conceito enfatize a impossibilidade de generalizar e unificar as entidades em oposição, o mesmo não se dá para os sistemas econômicos em confronto, já que estes possuem uniformidade maior que outras modalidades sociais.

No estudo do contato interétnico havido na região e no tempo por nós delimitado, distinguimos duas formações sociais.

Sobre os Tupinambá que, entre outras áreas, ocupavam o litoral do Rio de Janeiro, à época do contato com os europeus, as informações mais importantes são-nos fornecidas pelos cronistas, especialmente Hans Staden, Jean de Léry e Fernão Cardim. Muitos missionários deixaram também seus testemunhos, como Anchieta, Nóbrega, Simão de Vasconcellos. Baseados nessas informações e em vestígios arqueológicos, os etnólogos Métraux e Fernandes elaboraram excelentes trabalhos sobre, respectivamente, a vida material e a organização social dessas populações.

Para os europeus, sobretudo os portugueses, sentido amplo nos é dado pela expansão comercial, manifestada nos "Grandes Descobrimentos". Estes revelariam ao mundo conhecido a existência de novas terras e, cumulativamente, a possibilidade de maiores recursos econômicos, bem como potencial humano possuidor de culturas diversas e divergentes.

Contudo, os "Grandes Descobrimentos", dos séculos XV e XVI não apresentam caráter só econômico. Trata-se da expansão do mundo português, em cuja ideologia o Cristianismo representa papel fundamental. Impregnada por valores burgueses e católicos, a Coroa Portuguesa, através de seus agentes administrativos, participou, ao lado de particulares e religiosos, do "contato de fricção" em suas diversas etapas, em áreas e momentos diferentes.

Passando das feitorias às fixações de povoados, do extrativismo à implementação da agricultura, da troca de presentes à sujeição do elemento nativo, do combate armado à domesticação do indígena, a Coroa Portuguesa foi descobrindo e transplantando as riquezas de um novo mercado fornecedor de matérias-primas e impondo seus instrumentos para obtê-las mais fácil e rapidamente, de acordo com a política mercantilista vigente. Nesse processo, o choque cultural se formaliza nas relações de aproximação/rejeição/dominação. No entanto, tal seqüência não pode ser considerada de maneira rígida, já que cada fase tem sua própria dinâmica e conduz a reações distintas.

A fase de aproximação compreende diversas etapas, desde o deslumbramento inicial, onde o físico atrai a atenção maior, verificando-se a exacerbação da curiosidade diante do desconhecido. Ao se proceder à troca de presentes, introduzem-se ou se criam necessidades até então inexistentes. Essa fase pode se desenrolar em laços mais estreitos entre os elementos contactados, quando se efetivou a adaptação do europeu ao ambiente tropical, através da cooperação nativa.

Simultânea ou posteriormente, a rejeição atingiu seu ápice com o extermínio de populações inteiras. Os conflitos bélicos foram determinantes para a interiorização das populações indígenas, cujos efeitos sentimos ainda em nossos dias, quando seus descendentes são empurrados de suas terras para dar lugar à "civilização branca".

Já a dominação, seja ela física, psicológica, cultural, tornou-se mais acirrada com o implante da colonização. Neste ponto podemos distinguir o "contato" havido entre os Tupinambá e franceses daquele estabelecido entre os mesmos grupos tribais e os portugueses.

Com os primeiros as relações puderam ser mais amistosas, devido à própria intenção dos agentes estrangeiros, interessados antes no aproveitamento dos recursos naturais, do que na dominação dos silvícolas. A tentativa fracassada de se criar a França Antártica não chegou a comprometer o contato com os Tupinambá. A durabilidade do projeto poderia, no entanto, transformá-lo. No momento, porém, da invasão portuguesa, franceses e Tamoios, como eram conhecidos os Tupinambá do Rio de Janeiro, se uniram para defender a situação ali vigente.

Com a conquista da região pelos portugueses, ajudados por outros grupos indígenas, e a submissão imposta aos Tamoios, verificou-se a transferência da propriedade dos meios de produção – terra e demais recursos naturais, acompanhados da força produtiva – do indígena para a Coroa Portuguesa.

No confronto dessas organizações sociais oponentes, vamos nos restringir ao conflito dos sistemas econômicos predominantes, através das relações de produção.

2. O CONTATO DE FRICÇÃO NAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO

A classificação das sociedades em termos econômicos tem sido feita de acordo com o grau de eficácia que elas alcançaram no domínio da natureza, o que implica o aperfeiçoamento tecnológico dentro de uma formação sócio-cultural própria.

Enquanto os grupos tribais Tupinambá desenvolviam uma economia basicamente de subsistência, a sociedade portuguesa se encarregava de expandir além-mar o regime mercantil.

Produção e Mercado são os aspectos essenciais, a partir dos quais se estabelecem as diferenciações básicas dos dois sistemas econômicos que se antagonizaram através do contato interétnico. Economia mercantil versus economia de subsistência resultaria na inserção de áreas periféricas, entre elas o Brasil, no processo de acumulação de capital seguido pelo mundo ocidental moderno.

A economia de subsistência – terminologia que abrange as atividades relacionadas à caça, pesca, coleta e ao início da agricultura – traz consigo a conotação de mais alto grau de dependência da natureza em detrimento do avanço tecnológico, isto é, a capacidade humana ainda submetida às dádivas naturais. Esse tipo de economia tem na expansão territorial sua condição de sobrevivência e inclui uma série de características ligadas à organização social, que se vai tornando mais complexa à medida que agricultura e sedentarização assumem o papel de determinantes no comportamento do grupo.

Cronistas e viajantes, ao descreverem os Tupinambá do Rio de Janeiro, dão-nos notícias da maneira de viver e produzir naquela época. E, através das informações, etnólogos e historiadores concluem que os grupos tribais conhecidos como Tupinambá possuíam uma agricultura “incipiente”.

Os vestígios materiais estudados pelos arqueólogos nos sítios localizados às margens da baía de Guanabara – Ilha do Governador e Guaratiba – onde existiram aldeamentos e/ou acampamentos, demonstram que as técnicas utilizadas, não obstante rudimentares, possibilitaram o sustento de populações numerosas. O adensamento da população nativa na área do Rio de Janeiro é, por si só, um elemento fundamental para se estudarem as relações de produção estabelecidas com os colonizadores.

Ao lado da ação econômica dirigida para a sobrevivência, outros elementos integravam a economia Tupinambá. Léry (1960, :138) confirma que as penas e as pedras preciosas davam origem a permutas intra e intertribais. Quando as penas eram abundantes na região, como por exemplo as do Tucano no Rio de Janeiro, cediam-nas facilmente aos brancos. O mesmo cronista (ibid: 75) informa-nos que os Tupinambá do Rio de Janeiro mantinham relações “comerciais” com os Maracajá, os Carajá e os Guaitacá.

Essas trocas esporádicas, limitadas a alguns artigos, não comprometem o sistema econômico, caracterizado como de subsistência, tendo em vista a não racionalização da produção, objetivando-se o excedente. Pelo contrário, os Tupinambá estavam arraigados à terra, acreditando sempre que esta acudiria às necessidades do grupo em qualquer circunstância.

Em condições normais, a forma de apropriação dos recursos naturais era coletiva, seguida de repartição proporcional às necessidades do grupo familiar. Existem, porém, diversas circunstâncias que alteram a distribuição.

Ainda pelos relatos dos cronistas, verificamos também que a família era a principal unidade de produção, o que concedia à economia doméstica acentuado peso dentro da organização Tupinambá.

O sistema de divisão do trabalho baseava-se no sexo e na idade. Enquanto o papel da mulher estava ligado à produção de subsistência, no desempenho masculino tinha prioridade a segurança e proteção do grupo, assim como a conquista de novas terras garantidoras da sobrevivência do mesmo.

A mulher como representante das relações domésticas e principal força produtora no sustento do grupo, tornar-se-ia, durante o contato com os portugueses, o veículo para a desorganização tribal e, conseqüentemente, a transferência da propriedade dos meios de produção para os colonizadores.

Embora conhecessem a escravidão, os Tupinambá concebiam-na de maneira peculiar, ou seja, ela tinha por fim o sacrifício ritual e não apresentava significado econômico. Este seria dado pelo europeu.

A extrema dependência da natureza para a satisfação imediata das necessidades do grupo orientava não só a escolha do local de assentamento, como os mecanismos de exploração do meio-ambiente, incluindo aí o instrumental tecnológico.

Estes seriam, em linhas gerais, os principais elementos da estrutura econômica Tupinambá, que se defrontariam com o Projeto de Colonização da Coroa Portuguesa.

Na ideologia do Projeto, três aspectos se distinguem: o antropológico, representado pela concepção das sociedades nativas; o econômico, onde o Mercantilismo já traz em si toda uma filosofia e padrão de valores e comportamentos; e, o político-social no que diz respeito à legalidade da servidão e do cativo.

Os chamados “Grandes Descobrimentos”, que tiveram à frente a península ibérica, constituem-se no acontecimento histórico gerador do “contato” entre as etnias mais diversas. Carregando o sentimento do Eurocentrismo, a auto-imagem do europeu é construída desde a idéia de superioridade racial e cultural.

Os relatos dos cronistas expressam juntamente essa postura que considera a si mesma como referencial na observação dos padrões culturais do outro. No jogo de comparação o direito à diferença é negado e o fato de ser cristão ou não é fundamental.

Para as populações nativas, o fato de não adotarem a mesma crença religiosa tornava-as, aos olhos dos conquistadores, totalmente passíveis de catequese.

A dificuldade de comunicação verbal entre as sociedades opostas, a existência de outros padrões de valores, a diferença de hábitos, afastava os nativos do conceito de “civilizado”, aproximando-os de um nível intermediário e oscilante entre o humano e o animal. O foco na robustez física reforçaria a concepção de “bestialidade” indígena, que, comparada à superioridade portuguesa, assim se dispunha à escravização, legitimando ideologicamente as relações de domínio.

A expansão portuguesa, essencialmente comercial, seguiu duas direções:

– uma exclusivamente mercantil, efetivada nos entrepostos instalados nas costas africana e indiana.

– a outra voltou-se para as terras recém-descobertas, onde existiam mercados correspondentes às expectativas de lucro.

Neste último caso, em que podemos situar o Brasil, as sociedades tribais não chegaram a constituir mercado (consumidor e abastecedor). As atividades mercantis representadas, logo após o descobrimento, exclusivamente pelo extrativismo, deveriam ser acrescidas daquelas inerentes à colonização, isto é o povoamento da área por elementos estrangeiros seria acompanhado da organização econômica ditada pela Coroa Portuguesa.

Na segunda metade do século XVI, a empresa colonial implantava-se no Brasil, marginalizando, de modo geral, as populações locais das atividades comerciais. Nessa mesma época, porém, nos núcleos populacionais pouco capitalizados, indígenas participaram, como mão-de-obra, da acumulação de riquezas.

Enquanto se instalava o processo de colonização na área do Rio de Janeiro, iniciado com a fundação da cidade, foi permitido e mesmo utilizado o “modus vivendi” dos nativos.

À medida, porém, que esta aproximação provocou a transferência da propriedade dos meios de produção do silvícola para o europeu, as sociedades tribais perderam sua autonomia, estabelecendo-se o desequilíbrio favorável à dominação estrangeira.

A transformação dos aborígenes em mão-de-obra obedeceu à própria dinâmica do “contato interétnico”, variável segundo as condições em que se processou, os elementos que o compuseram e, sobretudo, as atividades econômicas desenvolvidas na área. Os conflitos intertribais e a desorganização tribal resultarem na liberação do contingente ocupado com a produção interna em mão-de-obra a ser utilizada na produção em larga escala.

Os Tamoios aprisionados nas guerras de conquista foram transformados em mercadorias oferecidas aos colonizadores a cidade em formação. A estes últimos foram doados juntamente com as sesmarias os trabalhadores que garantiriam a sua exploração.

Com a instalação dos portugueses e apesar da resistência tamoia, que durante muito tempo continuou a se manifestar, terminara o domínio Tupinambá na área do Rio de Janeiro. Os cativos de guerra foram incorporados à empresa colonizadora em sua três vertentes, ou seja, na economia sustentadora do núcleo populacional, nos serviços estruturadores da cidade nascente e na organização econômica responsável pelo seu crescimento.

Nos primórdios da cidade em formação, não só as atividades econômicas se misturavam, como eram desenvolvidas pela mesma força produtiva. Enquanto a economia de subsistência estruturou a região do Rio de Janeiro, coube ao comércio o desenvolvimento e expansão da cidade.

Até meados do século XVII, a região do Rio de Janeiro subsistiu sem a presença maciça dos africanos nas atividades econômicas. Nesse período, de implantação da empresa mercantil dentro do processo de acumulação de capital, os Tupinambá atenderam com eficácia as necessidades abastecedoras e produtivas do colonizador.

3. O CONTATO INTERÉTNICO DO PONTO DE VISTA ARQUEOLÓGICO

Do ponto de vista arqueológico, o “contato de fricção interétnica” entre os grupos Tupinambá e representantes de sociedades européias, pode ser acompanhado através de alguns, mas expressivos, achados materiais.

A primeira modalidade de contato utilizada foi o Escambo, no qual, de início, predominaram as trocas de mercadorias: de um lado, artigos supérfluos, que atraíam pela cor e/ou brilho, sem qualquer utilidade entre os nativos, à exceção das ferramentas (estas, na verdade, viriam atender de imediato os interesses dos doadores); de outro lado, as embarcações européias aproveitavam para transportar, além do pau-brasil, outros produtos (peles de animais, algodão, pimenta completavam o carregamento), de boa aceitação na Europa, porém, difíceis de serem obtidos.

Pouco expressivo, certamente, no comércio mundial o significado econômico de tais produtos, a não ser a madeira tintorial, em contraste com o valor representado pelos metais encontrados na América Espanhola.

Entre os instrumentos introduzidos pelos europeus em nosso território, o machado de ferro foi prontamente adotado pelos indígenas, substituindo o seu feito de pedra. Com a nova ferramenta, o abatimento da árvore e corte da madeira ficaram mais fáceis.

“Os bens culturais, recebidos através do escambo, não chegaram a desencadear mudanças culturais profundas... Artefatos como o machado, a enxada, a faca, a foice, além dos tecidos, dos espelhos, dos colares de vidro e outras quinquilharias, logo foram muito cobiçados pelos indígenas. A ponto de se sujeitarem não só a permutá-los com os próprios bens, mas prestar serviços em condições muito árduas para conseguí-los. A difusão desses elementos culturais não afetava, entretanto, o equilíbrio do sistema organizatório tribal. De um lado, porque o uso de tais artefatos não se fazia acompanhar da aceitação das técnicas européias de produção, de circulação e de consumo. De outro, porque os próprios indígenas selecionavam os valores que desejavam incorporar à sua cultura, rejeitando os demais...” (Fernandes, 1963:83)

Enquanto possível tal seleção de valores e manutenção das estruturas funcionais dos grupos, estes mantiveram relações a nível de trocas. Quando, porém, as últimas serviram como veículos de desestabilização dos padrões vigentes, deu-se a fricção interétnica. As trocas entre bens de categorias diferentes induziram a situações de contatos mais duradouros, levando a fricção a se manifestar pela força.

As modalidades de contato desempenhadas basicamente pelo Escambo e Escravidão, em suas diversas expressões, estreitaram os laços de dependência criados com a introdução de novas necessidades entre os dois grupos étnicos.

Na fase em que predominaram as relações de trocas, sobressaíram os franceses, cuja presença não ameaçava os nativos. O reduto militar chefiado por Villegaignon não implicou a conquista territorial e expulsão dos indígenas, permitindo-lhes a manutenção de sua autonomia tribal.

No entanto, achados arqueológicos denunciam que:

“Ao que parece, os europeus habitaram durante algum tempo as malocas Tupinambá (Aldeia da Alta Frequência, Ilha do Governador (GB), procurando, quando possível, arrumar os aldeamentos segundo seus padrões. Assim, as várias fossas culinárias passam a transformar-se numa única e enorme fossa, localizada nos limites da aldeia. Além dessa “ordem caseira”, os vestígios euro-

peus se restringem a uma enorme quantidade de cacos de louça, pregos, formões etc, que aparecem associados à cerâmica Tupinambá, fartamente descrita pelos primeiros cronistas. Importantes traços da cultura Tupinambá perderam-se já nos primeiros 50 anos de contato: cinquenta anos após a chegada dos europeus, um aldeamento, o de Pixunas, também na Ilha do Governador, toma a forma retangular...” (Beltrão, 1972:5)

As casas dos Tamoios eram reconhecidas como as melhores dos brasis, devido à localização e construção seguras. Caracterizavam-se pela conformação retangular, pela condição de coletivas e disposição à beira de uma praça quadrangular. Muitas delas foram ocupadas por europeus recém-chegados, até sua destruição pelas guerras de conquista que arrasaram aldeias inteiras, como aconteceu nas áreas correspondentes ao atual bairro da Glória e à ilha do Governador.

As aldeias, de formato circular, situavam-se à margem de cursos d'água e aquelas erguidas próximo ao mar deixaram vestígios sobre pequenas elevações e em terrenos areno-argilosos.

A fixação dos Tupinambá na área do Rio de Janeiro ocorrida há muitos séculos, conforme revelaram as informações arqueológicas, daria a este grupo tribal a primazia nas práticas agrícolas. Enquanto a agricultura propriamente dita se baseava sobretudo na produção de raízes e poucos cereais, a horticultura apresentava grande variedade de produtos.

Com o desembarque dos colonizadores em nossa terra, a produção agrícola dos indígenas ver-se-ia obrigada a adaptar-se à expansão do consumo, tanto em termos de quantidade quanto de diversificação.

A exploração inicial do meio-ambiente ocorreu sem danos. Nessa fase, o aumento da produção não chegou a violentar os padrões econômicos indígenas, porquanto foi acompanhado pela introdução de algumas ferramentas que facilitavam o trabalho humano. À escavadeira, vieram juntar-se instrumentos mais sofisticados e eficazes no trabalho da lavoura.

Para a região do Rio de Janeiro, temos notícia que especifica a ilha do Governador como local de abundância de peixes. Outros pontos no interior da baía de Guanabara revelaram vestígios de intenso consumo de peixes e mariscos.

Os tupinambá usavam além de flechas para fisgarem os peixes, anzóis feitos com espinhas de peixes, presos a linhas retiradas de fibras. O anzol de ferro, introduzido pelos europeus, foi das primeiras mercadorias de agrado e adoção imediata por parte dos ameríndios.

No regime de subsistência que acolheu franceses e portugueses, as relações de troca permitiram tanto a obtenção de mercadorias quanto a prestação de serviços e subliminarmente a assimilação de manifestações culturais.

4. CONCLUSÕES

Na observação do contato entre europeus e indígenas no século XVI, para cujo respaldo teórico escolhemos o conceito de “fricção interétnica”, procuramos ressaltar o papel econômico desempenhado pelas populações nativas na estruturação da sociedade brasileira.

A dinâmica do processo examinada com maior profundidade em estudo realizado anteriormente, levou-nos a endossar o seguinte pensamento:

“Si cada civilización realiza su objetivo concreto de acuerdo com su sistema de objetivos fundamentales, profundamente diferentes y a veces inconciliables con los demás, ¿ cómo puede una civilización determinada esperar beneficiarse del modo de vida de otra sin entrar en contradicción con si misma, sin dejar de ser lo que es? Las tentativas de compromiso han de llevar a uno de estos resultados: o bien a la desorganización y la destrucción de la estructura de uno de los grupos, o bien a un síntesis original de la qual resulta una tercera estructura que es inaplicable para las dos primeras”. (François Perroux, in Kula, 1973:581)

A busca, porém, de elementos de uma dessas estruturas, levou-nos à participação atual no projeto Manguinhos, de autoria da Prof^a Maria Beltrão, da UFRJ, e tem por finalidade a recomposição da seqüência ocupacional na região do Rio de Janeiro.

Tomando por base o registro deixado pelo cronista francês – Jean de Léry – a respeito dos aldeamentos indígenas existentes ao redor da bafa da Guanabara, e os achados feitos pela mencionada arqueóloga, em 1966, em um corte da Avenida Brasil, centramos nossas investigações na área da Fundação Instituto Oswaldo Cruz, que acreditamos corresponder ao aldeamento de Payó.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, M.

- 1982 -- "Subsídios ao Estudo Arqueológico dos Primeiros contatos entre os Portugueses e os Indígenas da Tradição Tupiguarani no Nordeste do Brasil".
Revista do Curso de Mestrado em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 5:105-116.

BELTRÃO, M. C de M. C.

- 1972 -- *Os Tupinambá no Rio de Janeiro; 1200 anos de ocupação*.
Gráfica Alvorada Ltda., Brasília, 7 p.

FERNANDES, F.

- 1963 -- *Organização Social dos Tupinambá*
Difusão Européia do livro, 2ª ed., São Paulo, 375 p.

KULA, W

- 1973 -- "El Método comparativo y la generalización en la história económica".
Problemas y Métodos de la História Economica. Trad. de Melitón Bustamante. Ediciones Peninsula: 571-614.

LÉRY, J.

- 1960 -- *Viagem à Terra do Brasil*.
Livraria Martins, 3ª ed., São Paulo, 279p.

MÉTRAUX, A.

- 1963 -- "The Tupinambá". In: STEWARD, J. H., *Handbook of South American Indians*. Cooper Square Publishers Inc., New York, vol. 3: The Tropical Forest Tribes.

NEME, S.

- 1985 -- *A Utilização da mão-de-obra indígena na Região do Rio de Janeiro na segunda metade do século XVI*.
Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal Fluminense, Niterói, 181 p.

OLIVEIRA, R. C.

- 1964 -- *O Índio e o Mundo dos Brancos; a Situação dos Tukúna do Alto Solimões*.
Difusão Européia do Livro, São Paulo, 143 p.